

Contrato de prestação de ser-  
vicos entre a Câmara Muni-  
cipal de Oliveira de Aguiar  
e o arquiteto Augusto Leite  
Penaal, de Porto -

Por nome dos deuses de setembro de mil nove-  
centos e sessenta e cinco, nesta villa de  
Oliveira de Aguiar e Secretaria de Câmara  
Municipal, para este fim, Luis de Lencastre  
Costa, chefe de Secretaria da mesma Câmara  
e seu notário privado, compareceram com os  
seguintes: Primeiros - o Excelentissimo Senhor  
Doutor Antão Correia Barbosa, conselheiro, advogado.

do, natural e residente nesta vila, Presidente  
desta Câmara Municipal e entregando em um  
nome, de conformidade com a deliberação tomada  
de em reunião ordinária de vinte e dois de julho  
último, o seu certidão; depois - o Exceles-  
simo Senhor Architecto Augusto Leite Amaral,  
casado, natural de frequência do Bonfim, do ce-  
llo do Porto, e residente na Rua de Alípio,  
município de São Paulo e cidade - onde, de  
nome e de de. Os presentes das pessoas  
cujas identidades recolher por serem antes do  
seu conhecimento pessoal. E pelo visto de  
fora foi dito: Que a Câmara Municipal de  
Oliveira de Azeméis, que representa, em suas  
reuniões ordinárias de vinte e um de janeiro por  
seus presentes, resolveram fazer com o seguinte  
entregando um contrato de prestação de serviços  
nos seguintes termos: Primeiro. O seguinte de  
fora em. Tendo pareceres sobre os projectos de  
obras apresentadas à aprovação da Câmara por  
constantes ou alterações de prédios e, ainda,  
sobre mais por outros problemas municipais  
ligados ao desenvolvimento do afluente  
urbano, que mais envolvam a necessidade de  
ordens e projectos especiais, informando



os competentes processos de obras em respeito às consultas por sobre elas a Câmara Municipal, a tanto dever fazer por escrito; Segundo - O município, segundo a obrigação visitará obrigatoriamente a sede do conselho reunido e por três vezes por ano, distribuídas de modo semelhante às regidas pelos seus doze membros, de modo que se a intenção de "ir loco" do conselho não interfere nos problemas que lhe são postos para consulta, além também a prestar assistência efectiva aos serviços técnicos de obras da Câmara Municipal.

O programa acima poderá ser elaborado, em princípio, antecipadamente e por acordo mútuo, no começo de cada ano civil, e qualquer decisão que não possa ser efectuada no dia previsto, por conveniência de qualquer dos autôgrafos, será repensada por outro em dia a combinar; Terceiro - A Câmara Municipal reunida, para cada uma das visitas mencionadas, todos os documentos que surjam e que esteja devesse submeter à apreciação dos contratados, e enviar-lhe-á pelos correios todos aqueles que, pela sua importância, não possam aguardar os dias fixados para as reuniões das visitas; Quarto - A remuneração devido pelos serviços prestados é fixada em dois mil e



Quilentos e os mentais, sem pagar de-  
tão e campo, pelo período de cento e cinquenta  
vinte e sete dias seguintes. Todas as despesas  
que tiver de fazer com viagens, alimentação e  
alojamento, de pagar entre outras atividades pe-  
las obrigações resultantes do cumprimento do pre-  
sente contrato; Quinto - Este período de servi-  
ço durará pelo prazo necessário para a pro-  
cessar paralelamente com a elaboração do an-  
teplano de urbanização da vila. E, depois  
deste, será o presente contrato prorrogável por  
períodos de um ano, a critério de renovação a  
sua vantagem, ou, a não se verificar, dará  
lugar à sua rescisão, para o qual o senhor das  
partes o comunicará, em carta registada, à  
outra, com trinta dias de antecedência pelo  
menos; Sexto - Se a Câmara Municipal ve-  
rificar a necessidade de maior número de  
visitas além das previstas, essas visitas serão  
pagas pelo preço dos honorários estabelecidos; Sé-  
timo - Qualquer obra de arquitectura ou  
de urbanismo não se compreende nos honorá-  
rios fixados, estabelecendo-se o seu preço pe-  
lo respectivo tabelão oficial. Pelo presente an-  
teplano foi feito e aceite o presente contrato

Contas:

Art 6º, a)	70400	
Art 7º, a)	1500400	
Art 32º, n 2	<u>20400</u>	1590400
Conservação Ref. shi. Estradas		4400
Importo do deb, art 53º		80400
Recursos, art 35º, a)		<u>19460</u>
Total -		1693460

- Das mil seiscentos e noventa e três mil e sessenta e oito  
vós. - Ref. shi. sob o n 2 e  
a contabilizar pelo p.º mod. 7  
n 473, de 9-18-965.

nas condições exaradas. Assim o disseram o outro  
para e reciprocamente aceitaram, do p.º da p.º.  
Por outro facto, em voz alta, foi feita a leitura  
desta escritura e dada a explicação de seu conteúdo  
e efeitos. Em tempo: Pelo p.º da escritura  
foi dito que o início do presente contrato se ce-  
ta a partir de - de hoje último.

Ante a presença de

Ante a presença de

O notário público,